

# A cidade, entre a cruz e o avião

(The city, between the cross and the plane)

Mariângela de Andrade Paraizo\*

Viver nem não é muito perigoso?  
(Guimarães Rosa)

## RESUMO

Este artigo propõe uma leitura da relação entre a cidade, a morte e algumas das religiões que presidiram ou consolidaram a formação das cidades. Tendo por objetivo investigar paradigmas que nortearam a criação e habitabilidade de cidades em diferentes lugares e períodos históricos, pressupõe que uma reflexão sobre esses paradigmas, ainda que breve, fornecerá algum subsídio para uma leitura da cidade contemporânea e da crise que atravessa. Nesse intuito, propõe o cotejamento de textos históricos e míticos, atribuindo igual valor ao que se tem registrado sobre a gênese das cidades, à luz dos estudos culturais. Destacam-se a presença da morte e a maneira como propiciou o desejo de união dos grupos. Nesse contexto, diferentes religiões incidiram como laço e lastro do espaço público, condição necessária para a manutenção da ética. Exerceram seu papel de religar vivos e mortos, a realidade natural e a sobrenatural, mesmo quando manipuladas em busca de poder. Isso se dá, de diferentes maneiras, até o século XIX, quando cedem lugar a outras instituições e novos pressupostos. No século XXI, assistimos a uma crise das cidades, o que, se bem avaliado, pode propiciar a construção de outros paradigmas, em consonância com as aspirações contemporâneas.

Palavras-chave: Cidade; Morte; Religião.

HÁ ALGUMAS CRIAÇÕES HUMANAS a cujas origens só é possível remontar através dos mitos. Nessa categoria, um exemplo incontestável é a linguagem verbal. Um caso diferente é a criação da cidade que, embora apresente registros históricos, compartilha com a linguagem humana uma certa condição mítica.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que o surgimento da cidade, tal como a conhecemos hoje, não coincide com o da lingua-

\* Texto recebido em junho/2006 e aprovado para publicação em junho/2006.

\* Doutorado em Estudos Literários e pós-doutorado em Literatura Comparada. Faculdade de Letras da UFMG; mariangela@coltec.ufmg.br.

gem falada, mas deve seu estatuto ao surgimento da escrita. Nas palavras do historiador Lewis Mumford (1998): “A invenção de formas tais como o registro escrito, a biblioteca, o arquivo, a escola e as universidades, constitui um dos feitos mais antigos e mais característicos da cidade” (p. 39). Não há como pensar escrita sem cidade nem cidade sem o registro de suas escrituras: ela mantém nos cartórios a imagem virtual que confere legitimidade a seus cidadãos, bem como ao espaço público e privado. Palavra escrita e cidade estavam tão profundamente associadas que do deus egípcio Ptah dizia-se que ele fundava cidades (p. 44) e também que fundava nomes, pondo os deuses em seus escrínios (p. 58).

Das pequenas aldeias às primeiras cidades, que surgem por volta do ano 3.000 a.C. (MUMFORD, 1998, p. 42), há um grande salto; trata-se, na realidade, de uma outra gênese. Diferentemente do que possa parecer, as primeiras aldeias não eram “cidadesinhas”; não evoluíram de maneira natural – devido a seu crescimento, por exemplo – à condição de cidades. Se a aldeia tinha um papel restrito a atividades de subsistência – seja pela necessidade de armazenar alimentos, seja pela proteção que propiciava a união do grupo – a cidade sempre se marcou por uma nova forma de organização, determinada por seu caráter político: pela troca de mercadorias e de serviços, que variavam da proteção ao divertimento, mas sobretudo pelas possibilidades que ela entremostrava nas relações de poder que ali se estabeleciam e nas tensões que ali se concentravam, as quais Mumford (1998, p. 38) identifica, por exemplo, na convivência de criatividade e controle, ou de expressão e repressão. Para essa nova configuração, é bastante e imprescindível o surgimento da lei escrita, que retira da pessoa do líder a função de incorporá-la e aponta para um imperativo divino (p. 59).

Remontando à história da criação das cidades, Fustel de Coulanges (2004, p. 134) assinala que, para os povos gregos e os romanos, as cidades tinham muito bem diferenciados os conceitos de urbe e de *civitas*. A *civitas* ou pólis compreendia as regras compartilhadas que lhe conferiam organização política e moral. Já a urbe correspondia ao território sagrado onde se instalava a cidade. A sagração desse território era obtida pelo enterro dos restos mortais do patriarca, incorporado aos deuses lares que presidiam o clã. As famílias se agruparam à medida que adotaram deuses em comum, contando com a solidariedade de seus mortos.

A urbe era edificada num único dia, através de rituais. Assim se criou Roma, a cujo território cada um dos futuros cidadãos levou um pouco da terra onde se haviam enterrado seus antepassados e com essa terra foi feito um círculo interrompido apenas nos pontos que representavam as portas da cidade (COULANGES, 2004, p. 142-51).

A *civitas* grega – ou a pólis romana – podia deslocar-se, sempre presidida pelo seu *ethos*, através dos exércitos ou missões diplomáticas, por exemplo. A urbe permanecia, até que fosse necessário desalojá-la, o que só podia ser feito através de cerimônias que transferiam, com o território, os deuses que a presidiam. Por outro lado, os viajantes – comerciantes, navegadores – não eram reconhecidos como cidadãos nos lugares onde se instalavam provisoriamente, nem estavam sujeitos às leis da cidade onde se alojavam (COULANGES, 2004, p. 214). Eram cidadãos do lugar de onde provinham e, se lhes era outorgada a função de representar a cidade, levavam consigo as leis que a regiam.

Mesmo contemporaneamente, a marca do que é estranho ao corpo da cidade repercute de forma a oferecer um suporte imaginário para o medo do diferente. Se hoje o estrangeiro e o nativo muitas vezes se confundem nas grandes metrópoles, basta observar as superstições com que a cultura popular ainda percebe os povos nômades. Os ciganos, por exemplo, representam um fascínio e um perigo para muitos habitantes da cidade a que aportam. As lendas em torno deles são um dos mecanismos através dos quais os grupos sociais regulam a inclusão ou a exclusão de quem lhes interessa.

Voltando à cidade antiga, verifica-se que as fronteiras da urbe não coincidiam exatamente com os limites da *civitas*, embora estivessem sujeitas uma a outra. Essa parece ser outra das tensões importantes da cidade, uma das formas com que ela se constituiu como híbrida de natureza e cultura.

Se nos afastamos da história e remontamos aos mitos de origem, há pelo menos dois que aqui nos interessam: a criação de Roma e a de Henoc, ambas fundadas por fratricidas.

A idéia da construção de Roma, compartilhada pelos gêmeos Rômulo e Remo, filhos do deus Marte e de uma vestal, acaba por provocar a discórdia entre os dois irmãos. Salvos da morte a que o tio os condenara, primeiro pelo Tibre, que devolveu à margem o cesto em que flutuavam, depois por uma loba que os amamen-

tou, e finalmente por um casal de camponeses que se encarregou de criá-los, eram muito unidos, mas, por não chegarem a um acordo sobre o local onde edificar a cidade em que pretendiam morar, travam uma batalha, e Rômulo mata Remo. Cidade planejada, Roma conta entre seus primeiros habitantes com pessoas de diversas partes do mundo: “A pedra simbólica foi posta por quatro homens: um etrusco, um samnita, um itálico e um latino, representando cada um dos povos mais importantes da comunidade” (SAUTEREAU, p. 75).

Para povoar a cidade que fundava, Rômulo primeiro se apropriou de um deus antigo e praticamente desconhecido, adorado na região, renomeando-o como deus dos asilos. Sob esse novo deus comum, cada futuro cidadão encontra abrigo tanto para si quanto para seus ancestrais, representados pela terra que levaram àquela que veio a se chamar “cidade eterna”. O nome de Roma é escolhido por seus habitantes, em homenagem a seu fundador. Para Richard Sennett (2003), “para tornar crível a ficção da ‘cidade eterna’, o imperador precisava dramatizar seus poderes, enquanto o povo mais ou menos teatralizava a vida na cidade” (p. 88).

Essa é uma das versões da lenda, na qual os sucessores de Rômulo apoiavam o poder de Roma. Seu fundador, um semi-deus, porta o enlace entre os deuses e os homens, nas figuras de Marte e da vestal, mas também aponta para sua própria mortalidade, evidenciada na morte do irmão. Assinala Mumford (1998): “A primeira coisa que saudava o viajante que se aproximava de uma cidade grega ou romana era a fila de sepulturas e lápides que ladeavam as suas estradas” (p. 13).

Surgida em outra tradição, Henoc é registrada na Bíblia judaico-cristã como a primeira cidade: “Caim conheceu sua mulher. Ela concebeu e deu à luz Henoc. E construiu uma cidade, à qual pôs o nome de seu filho Henoc” (Gênesis, 4, 17). O texto não nos fornece maiores informações sobre a criação dessa cidade que recebe o nome do primogênito. Restringe-se a contar a história dos judeus, que não se consideram descendentes de Caim, mas de Set, terceiro filho de Adão e Eva. A ausência de outras referências torna ainda mais curiosa a inserção dessa informação. Da mesma forma que os habitantes da cidade tendem a discriminar os povos errantes, parece significativo que, aos olhos de um povo nômade, a primeira cidade descenda de uma geração maldita.

Nesses dois casos, preexiste à criação das cidades a morte de um irmão, executada pelas mãos de seu fundador, e, se Henoc é malvista, o mesmo não ocorre com Roma. É interessante que também os judeus, quando começam a se fixar num território, identificado como aquele que lhes fora prometido, o façam através de um túmulo: o primeiro terreno que Abraão adquire em Canaã é destinado à sepultura de Sara. A existência dos túmulos dos ancestrais dará lastro suficiente para suas futuras reivindicações pela posse desse território: “Há muito tempo, os judeus reclamavam, como patrimônio seu, a terra onde estavam localizadas as sepulturas de seus antepassados, e essa bem fundamentada pretensão parece ser primordial” (MUMFORD, 1998, p. 13).

Evidentemente, este texto não se propõe à recuperação da história das cidades nem de seus mitos de origem. Se remontamos a esses dados, é que interessa mapear brevemente a presença marcante da morte presidindo as narrativas sobre o surgimento de cidades, qualquer que seja a tradição em que se alinham.

A morte parece ser o horizonte de todos os medos dos homens, mas também, ou por isso mesmo, um laço que os aproxima, uma vez que desnuda sua fragilidade. Mesmo antes da criação das cidades, quando, ainda para Mumford (1998), há indícios de que a humanidade era fundamentalmente nômade, os primeiros lugares assinalados, aqueles aos quais se pretendia voltar, foram os túmulos: “A cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos” (p. 13). Assim, é em presença da morte que a humanidade começa a escrever na paisagem, construindo sua memória. E agrupa-se, a princípio, através da aliança entre seus mortos.

No Egito, os faraós elegiam para viver o lugar próximo àquele onde seria construído seu túmulo, o que fazia com que a capital se deslocasse, sempre que um novo sítio era escolhido para essa finalidade (MUMFORD, 1998, p. 13).

Talvez o maior mistério da vida, é natural que a morte seja, também, o lastro de todas as religiões. Isso nos leva ao cerne do significado da palavra “religar” vivos e mortos, através de princípios e preceitos comuns a todos os membros do grupo de fiéis.

Nos primeiros séculos depois de Cristo, a Igreja Católica assume um lugar fundamental na estrutura das cidades. O sino das catedrais, por exemplo, era o meio mais rápido e eficaz para noticiar acontecimentos importantes. Mesmo para medir o tempo, os relógios com que contavam as cidades eram instalados

nas torres das igrejas. Em Londres, assinala Mumford (1998, p. 76), eram considerados cidadãos aqueles que se encontravam ao alcance dos sinos de Bow, até que, no século XIX, fossem criados os sistemas de comunicação em massa: “Aqueles que tinham dominado o tempo e o espaço poderiam controlar grandes massas de homens” (p. 47).

Se até hoje a cidade se define nos dicionários por oposição ao campo, há muito as grandes propriedades rurais são regidas por uma dinâmica semelhante à que predomina nos centros urbanos. Quando a televisão, a Internet e demais aparatos tecnológicos levam ao campo, em tempo real, a palavra da cidade, a teia de suas vozes enlaça-os numa mesma urdidura. Mais do que nunca, a cidade se marca e se expande por sua virtualidade.

Voltando à investigação da relação estabelecida entre a cidade e a morte, também os cemitérios eram construídos dentro das igrejas católicas ou nas suas imediações. É somente a partir do século XIX, quando a medicina considera que a proximidade dos corpos em deterioração era responsável pela transmissão de doenças, que eles são deslocados para a periferia das cidades. Essa decisão começa a se formular no século XVIII, quando a revolução causada pela obra de William Harvey (**De motu cordis**, 1628), que descobrira a função da circulação sanguínea, aliada aos novos ideais capitalistas, encontra eco nos urbanistas que passam a metaforizar a cidade como um corpo humano. Nesse momento histórico, segundo Sennett (2003), “valorizada tanto pela medicina como pela economia, a circulação criou uma ética da indiferença” (p. 215).

Entretanto, se os cemitérios foram secularizados, isso não foi suficiente para retirar a morte do terreno da religião. Alerta-nos Renato Cymbalista (2001): “Expulsos das igrejas, os mortos puxam-nas de volta para perto de si” (p. 76).

As igrejas ocupam um espaço na urbe quase tão importante quanto o que significam para a *civitas*, onde procuram desempenhar plenamente o papel de religar. Ainda que tantas vezes contaminada por interesses particulares e a aspiração ao poder, a proposta da religião exerce papel relevante no espaço público. Seus preceitos, se incidem sobre a conduta de cada um, visam preferencialmente ao grupo.

Tanto no que diz a história quanto no que informam os mitos, o espaço da urbe, ao se demarcar, propiciava a instalação da *civitas*, com suas regras: privilégios e interdições definiam-se para

o *ethos*. O espaço público é imprescindível ao surgimento e à manutenção dos valores éticos, “lugar por excelência do desenvolvimento do discurso ético” (BIGNOTTO, 2002, p. 284), mas só é possível imaginarmos o funcionamento das leis daí extraídas para um grupo que se reconheça como tal.

O século XIX, segundo Angel Rama, assistiu ainda à substituição da igreja pela universidade. No mundo moderno, especialmente no ibero-americano, o autor identifica as marcas da cidade das letras, aquela registrada nos cartórios, presidindo a construção das cidades reais, que cumprem uma função claramente definida pelos colonizadores, a saber, a de transpor uma ordem social hierárquica para uma ordem distributiva geométrica. Ainda para Rama (s/d), essa razão ordenadora “não vincula, então, sociedade e cultura, mas suas respectivas formas, que são percebidas como equivalentes, permitindo que leiamos a sociedade ao ler o mapa de uma cidade” (p. 26). Já em sua fundação, elas se erguem sobre as ruínas das antigas civilizações que aqui habitavam, fossem estas organizadas ou não sob um modelo que, de alguma maneira, se identificasse com o que viria a se chamar de urbano. Nessa ocasião, o caráter divino que regia as cidades é também aparentemente substituído pelo universo das letras: “Os signos apareciam como obra do Espírito e os espíritos conversavam entre si graças a eles” (p. 43). Dessa maneira, a universidade, como ponte de ascensão social, toma o lugar da igreja no processo de reger as normas pelas quais a cidade se pauta.

Contemporaneamente, as letras parecem já não dar conta de se arvorar essa função. Para Jean Franco, a dispersão cultural provocada pela globalização rompe com a ordem que asseguravam e as substitui pela mídia, estabelecendo novos paradigmas (*apud* GOMES, 2004, p. 117). Comparando os trabalhos desenvolvidos por Rama e por Franco, Renato Cordeiro Gomes (2004) assinala: “Se, na perspectiva de Rama, há um interesse utópico-cognoscitivo relacionado ao papel pedagógico da cidade letrada, tal interesse é incompatível com as narrativas pós-modernas, que perdem a ligação com a agenda pública” (p. 118). E acrescenta: “A existência da cidade letrada pressupunha a existência de uma comunidade política, social e cultural, ou ainda, uma comunidade de discursos” (p. 119).

Essa comunidade, como estamos tentando mapear, sempre esteve diretamente relacionada ao espaço público, cujo lastro era a morte, e que se torna cada vez mais um lugar de passagem. Se

a velocidade aproxima as distâncias, torna distante a paisagem percorrida, e a narrativa contemporânea reflete essa maneira de apreender a cidade.

Escreve Néstor García Canclini (1995): “Narrar é saber que já não é possível a experiência da ordem que o *flâneur* esperava estabelecer ao passear pela metrópole do início do século [XX]. Agora a cidade é como um videoclipe: montagem efervescente de imagens descontínuas” (p. 131). Na esteira desse raciocínio, Renato Cordeiro Gomes (1996, p. 22) propõe que, à figura do *flâneur*, sobrepõe-se hoje a do *zappeur*, que percorre a cidade na tela de seu televisor. Essa fragmentação, por sua vez, torna-se o traço comum predominante na ficção pós-moderna.

Para João Antônio de Paula (2006), a crise da cidade e a crise da universidade têm em comum a perda do poder “quase demi-úrgico” atribuído à ciência no século XIX. Para ele, trata-se da “crise de um paradigma científico e suas conseqüências” (p. 49). Resta-nos elaborar uma crítica efetiva desse paradigma que ruiu e, talvez, construir outro, mais de acordo com as novas aspirações no contexto atual.

O que dizer, então, da metrópole contemporânea, quando o espaço público se encolhe, dando lugar mais a relações virtuais entre os habitantes de qualquer parte do mundo que a encontros reais dos cidadãos no espaço de sua urbe? Ao que passamos a chamar de telecidadão parece estar destinado o não-lugar que “não cria nem identidade singular nem relação, mas solidão e similitude” (AUGÉ, 1994, p. 95). Sendo o contrário da utopia, o não-lugar “existe e não abriga nenhuma sociedade orgânica” (AUGÉ, 1994, p. 102).

Curiosamente, as marcas contemporâneas escolhidas para identificar nosso tempo se apóiam muito mais no passado que no futuro. Se o século XX iniciou-se com a bélica metáfora das vanguardas, chamando para si o presente na denominação de moderno, terminou com as melancólicas denominações de posteridade, que se mantêm até hoje: pós-moderno, pós-utópico, o tempo em que vivemos não consegue se desvincular do passado que nega e evoca, talvez por não ter clara uma proposta para si e esteja ciente de que algo se perdeu. Não é apenas o afrouxamento dos laços que nos religavam: filtrada pelo universo da ficção veiculada por todos os tipos de mídia, assistimos sobretudo à banalização da morte em nosso cotidiano.

A obra de Freud abre lugar para amplas reflexões sobre a



morte, que talvez possam nos ajudar a estabelecer alguma premissa para uma proposta de cidade, especialmente o texto “Reflexões para os tempos de guerra e morte” (1915), quando Freud, parafraseando o dito romano: *Si vis pacem, para bellum* (Se queres a paz, prepara-te para a guerra), propõe: “*Si vis vitam, para mortem*. Se queres suportar a vida, prepara-te para a morte” (s/d).

Isso é o que parece apontar o longo percurso desde as primeiras cidades até a contemporaneidade. Ao assinalar a fragilidade da condição humana, a evidência da morte cria uma fresta onde se abre o lugar do outro, o espaço público por excelência, sem o qual o indivíduo também não tem lugar. A partir da morte, o homem comunga com o sobrenatural e também com seu semelhante. Assim, se da morte nasce o princípio ético cujo imperativo é a vida, para que exista um futuro é necessário que se anteveja o seu fim, aqui tomado nas duas acepções, de término e de finalidade.

É nesse contexto que as utopias cumpriram sua função. Embora hoje sejam vistas como miragens, a etimologia da palavra – não lugar – assegura que seus criadores não tinham ilusão quanto à possibilidade real de concretizá-las. A posição que cada utopia ocupava era a de um ideal, uma perspectiva que se punha no horizonte e, evidentemente, cada autor a modelava, não sem vinculação à sua época.

Para Severo Sarduy, por volta de 1400, 1500, quando já não é possível apreender a forma da cidade pelo olhar, começa-se a desenhá-la (*apud* RIBEIRO, 2004, p. 163). Renato Janine Ribeiro (2004) acrescenta: “É partindo desse momento, em que se desenham as cidades realmente existentes, que se concebem, também, as cidades utópicas” (p. 163). Quanto mais se subtraem a um olhar totalizante, mais as cidades passam a alimentar nosso imaginário que tenta reconstruí-las, seja para suprir as lacunas que a realidade evidencia ou os pontos que a distância suprime, seja para refazer esse artefato em outros moldes. Não seria o caso de pensarmos que, se as utopias cederam lugar à atopia, faz-se necessário que passemos a desentranhá-las, quando nada, para que possamos avaliar o papel que desempenharam?

Falando da criação de Brasília, Carlos Alberto Leite Brandão (2006) pontua a importância de seu planejamento: não do resultado, mas da utopia que o presidia:

Não nos interessam aqui as soluções arquitetônicas e urbanísticas nela adotadas, mas apenas isto: Brasília era uma cidade que tinha “projeto”, ou seja, pensada ainda como espaço em que os interesses do privado subordinavam-se a uma noção antevista do bem-estar de uma coletividade que não ficasse totalmente sujeita a esses interesses. (p. 71)

Arqueando os braços de uma cruz, Lúcio Costa propõe o avião como modelo: “No plano-piloto, portanto, imantava-se, tanto a *arché* mítica de um momento inaugural para o país (a ‘cruz’), quanto o horizonte do futuro que se descortinava (o ‘avião’)” (BRANDÃO, 2006, p. 72).

Relendo esses dois desenhos, encontramos, no primeiro – à luz da religião católica, da qual a cruz é símbolo – a morte e uma promessa de superá-la. No segundo, a possibilidade de alçar vôo, romper pelo menos uma das limitações humanas. Talvez, entre a cruz e o avião, diante da morte e, por isso mesmo, em presença do imperativo da vida, a humanidade possa reencontrar o traço com que desenhar a perspectiva de uma cidade capaz de acolher o presente.

## ABSTRACT

This article presents a reading of the relation between the city, death and some of the religions that presided over or consolidated the development of cities. Aiming at investigating the paradigms that oriented the creation and viability of cities in various places and historical periods, it assumes that a reflection on those paradigms, however brief, can provide subsidies for a reading of the contemporary city and the crisis it is facing. In that sense, it focuses on historical and mythical texts, attributing equal value to what is recorded concerning the genesis of cities, in the light of cultural studies. Emphasis is given to the presence of death and the way it propitiated an urge for union in groups. In that context, different religions were the bonds and the reservoir of public space, a necessary condition to preserve ethics. They played the role of re-connecting the living and the dead, natural and supernatural reality, even when they were manipulated in the search for power. This happened, in different ways, until the 19<sup>th</sup> century, when new institutions and presuppositions emerged. In the 21<sup>st</sup> century, we witness a crisis in the cities, which, if properly assessed, may lead to the construction of other paradigms, in harmony with contemporary expectations.

Key words: City; Death; Religion.

## Referências

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da super-modernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papyrus, 1994.
- BÍBLIA Sagrada. Tradução Frei João José Pedreira de Castro. São Paulo: Edição Claretiana, 1977.
- BIGNOTTO, Newton. Entre o público e o privado. In: DOMINGUES, Ivan; PINTO, Paulo Roberto Margutti; DUARTE, Rodrigo (Org.). **Ética, política e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 281-297.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A natureza da cidade e a natureza humana. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 55-79.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. Conflitos multiculturais da globalização. Tradução Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. Tradução Fernando de Aguiar. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Anablume, 2002.
- FREUD, Sigmund. Reflexões para os tempos de guerra e morte (1914-1916). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. 14.
- GOMES, Renato Cordeiro. Grafias urbanas. **Veredas**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 20-22, maio 1996.
- GOMES, Renato Cordeiro. O intelectual e a cidade das letras. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. **O papel do intelectual hoje**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 117-131.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PAULA, João Antônio de. A cidade e a universidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 35-53.
- RAMA, Angel. **A cidade das letras**. Tradução Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Renato Janine. A utopia lírica de Chico Buarque de Hollanda. In: CAVALCANTE, Berenice; STARLING, Heloisa; EISENBERG, José. (Org.). **Decantando a República**: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. v. 1, p. 149-168.
- SAUTEREAU, François. **Contos e lendas do nascimento de Roma**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.